

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	9
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	10
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	16
2.5 Medições não contábeis	17
2.6 Eventos subsequentes as DFs	18
2.7 Destinação de resultados	19
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	20
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	21
2.10 Planos de negócios	22
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	23
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	24
5.2 Descrição dos controles internos	26
5.3 Programa de integridade	35
5.4 Alterações significativas	36
5.5 Outras informações relevantes	37

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1 – Condições Financeiras e patrimoniais

COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA

Comentários dos diretores

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

		2022	2021	2020
LIQ. GERAL	AC+RLP	0,33	0,34	0,30
	PC+ELP			
Este índice leva em consideração a situação a longo prazo da empresa, incluindo no cálculo os direitos e obrigações. Os índices mostram que para cada R\$ 1,00 de dívida a empresa possui apenas R\$ 0,33 para a quitação em 2022.				
LIQ. CORRENTE	AC	0,21	0,25	0,21
	PC			
Os índices revelam a curto prazo insuficiência de fundos para o pagamento das obrigações, sendo que para cada R\$ havia apenas R\$ 0,21 para liquidação em 2022.				
LIQ. SECA	AC-ESTOQUE	0,15	0,21	0,18
	PC			
Excluindo o valor dos estoques, nesses índices podem ser avaliados uma menor capacidade de liquidação das obrigações. Seguindo o mesmo conceito, observa-se que faltam recursos para quitação das dívidas.				
LIQ. IMEDIATA	DISPONIVEL	0,001	0,001	0,012
	PC			
Índice conservador, considera apenas caixa, saldos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata para quitação das obrigações demonstrando portanto, uma baixa capacidade da empresa nos três anos.				
GRAU DE ENDIV.	CAP. TERCEIROS	-1,55	-1,59	-1,50
	PL			
Representa quanto a empresa tomou de recursos de terceiros para cada real de capital próprio. Não há porém, como analisar os índices por eles serem negativos, reflexo do saldo do Patrimônio Líquido Negativo.				
S/ RECURSOS TOTAIS	PC + ELP	283%	271%	302%
	AT TOTAL			
Indica a porcentagem de capitais de terceiros sobre o investimento total da empresa, onde pode-se verificar que capitais de terceiros compõem grande parte do passivo.				
COMPOS. ENDIVID.	PC	87%	84%	82%
	P EXIGIVEL TOTAL			
É um importante índice para medir o comprometimento da empresa no curto prazo, tendo a empresa 87% do endividamento no curto prazo em 2022.				
PRAZO MÉDIO ESTOCAGEM	ESTOQUE X 360	239,62	173,68	97,67
	CPV			
O índice Prazo Médio de Estocagem corresponde ao tempo médio em dias, ao tempo de produção, estocagem e entrega do estoque demonstrando então que a empresa necessita em média 239 dias para fazer o giro dos estoques.				
PRAZO MÉDIO RECEBIMENTO	CONTAS RECEBER X 360	98,91	136,43	142,35
	VENDAS ANUAIS			
Este índice expressa o tempo médio, em dias que a empresa necessita para converter seus itens de contas a receber em caixa, sendo quase 99 dias um tempo relativamente alto.				
PRAZO MÉDIO PAGAMENTO	CONTAS PAGAR X 360	48,44	43,65	67,61
	COMPRAS ANUAIS			
Esse índice mede quanto tempo, em média, a empresa leva para pagar seus fornecedores, e no último ano foi apurado um tempo de 48 dias.				

O mercado de brinquedos teve um desempenho bastante atípico ao longo do exercício de 2022. O crescimento apresentado até o final do terceiro

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

trimestre apresentou uma grande desaceleração no último trimestre absorvendo ganhos acumulados ao longo do ano.

Exatamente na época de maior consumo de brinquedos, em função do Dia Das Crianças (12 de outubro) e do Natal (25 de dezembro) o mercado foi surpreendido pelo grande impacto do lançamento das figurinhas da Copa do Mundo de Futebol. O sucesso das vendas de figurinhas atraiu boa parte dos consumidores de brinquedos.

Este fenômeno não foi sentido nas Copas do Mundo anteriores, que sempre aconteciam em meados do ano, ou seja, mais distante do último trimestre. A venda das figurinhas absorveu uma parcela importante da capacidade de compra dos consumidores diminuindo as vendas de brinquedos, em especial nas lojas especializadas.

Outro aspecto importante nesse assunto foi o constante aumento da taxa de juros no país, chegando no último trimestre a níveis muito elevado. Além disso, houve no último trimestre a realização das eleições gerais em todo o País, com ênfase na eleição para Presidente da República, ocorrida em um clima de grande polarização ideológica contribuindo para afastar as famílias das compras de brinquedos.

No cenário internacional houve o crescimento das importações de brinquedos da China em função de uma maior regularidade de suprimento, redução do custo do frete marítimo e da redução da alíquota de importação o que desfavoreceu os fabricantes nacionais.

Quanto ao resultado das eleições o novo Governo Federal parece trazer algumas esperanças de ser efetivada uma reforma tributária para dar à indústria nacional maior competitividade. O setor industrial representa algo em torno de 11% do PIB nacional, mas recolhe 30% dos impostos. Há necessidade de uma política industrial que elimine os principais fatores que revertam a desindustrialização atual causada, sobretudo, pelo alto custo das taxas de juros e alta carga tributária. Esse contexto implica na constante perda de competitividade da indústria nacional frente aos produtos importados.

Existe também a necessidade de regulamentação legal da importação de produtos diretos por consumidores através de sites internacionais. Esses produtos entram no País com muita facilidade, quase sem nenhum tipo de controle das entidades regulatórias como INMETRO e ANVISA, significando mais um fator de concorrência desleal com o produto nacional além de colocar em risco a saúde da população brasileira.

A Companhia apesar de todos esses problemas mantém sua presença relevante no mercado de brinquedos comemorando seus 85 anos de fundação e cumprindo sua missão de proporcionar entretenimento pedagógico para várias gerações de crianças brasileiras.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

b. estrutura de capital:

Consolidado	2022	2021	2020
Capital de terceiros	785.700.848,19	789.707.811,71	738.881.199,94
Capital próprio	- 507.523.053,33	- 498.546.521,69	- 494.233.755,08

Não é possível apresentar índices percentuais de proporção devido ao capital próprio estar negativo.

O objetivo da diretoria é administrar o capital da companhia de forma a garantir sua capacidade e continuidade. O pequeno crescimento econômico que o país apresenta nos últimos anos tem dificultado nosso objetivo de reduzir a dependência de empréstimos bancários para o capital de giro.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

Considerando o perfil de nosso endividamento e nossa geração de caixa, os compromissos estão sendo liquidados regularmente dentro dos limites financeiros da Companhia.

Consolidado	2022	2021	2020
Ativo Circulante	145.231.136,88	167.360.710,71	127.283.726,27
Passivo Circulante	685.427.736,57	666.919.083,46	603.206.477,42

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Captamos recursos por meio de contratos financeiros, os quais são empregados no financiamento de nossas necessidades de capital de giro, bem como na manutenção de nossas disponibilidades de caixa de maneira apropriada para o desempenho de nossas atividades.

Empréstimos e financiamentos	2022	2021	2020
Curto prazo	94.501.605,68	86.155.527,61	67.107.238,00
Longo prazo	-	0,03	0,03

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Para informações sobre as fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez, vide alínea (f) abaixo.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

O índice utilizado foi Participação de Capital de Terceiros sobre os Recursos Totais, onde expressa qual a porcentagem do ativo total é financiada com recursos de terceiros.

$$PCTRT = (\text{passivo circulante} + \text{passivo exigível a longo prazo} / \text{ativo total}) \times 100$$

$$PCTRT = \frac{785.199.235,93}{278.177.794,86} \times 100 = 282\%$$

Nossa principal fonte de endividamento é a captação de recursos destinados ao financiamento de capital de giro.

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

EMPRESTIMOS RELEVANTES	TIPO DA DÍVIDA	GARANTIA	SALDO EM		
			2022	2021	2020
Conta Garantida	Curto Prazo	100% Duplicatas			-
Empréstimos Bancários	Curto Prazo	Duplicatas + Domicílio Bancário	4.879.501,00	9.562.507,21	6.333.172,00
Empréstimos Bancários	Curto Prazo	100% Duplicatas + Aval			
Empréstimos Bancários	Curto Prazo	Aval			
Empréstimos Bancários	Curto Prazo	Contrato Negociação	38.985.271,54	34.933.001,00	19.518.417,00
Empréstimos Bancários	Curto Prazo	Contrato Negociação	10.809.560,00	-	-
Empréstimos Bancários	Longo Prazo	Contrato Negociação	-	16.171.786,04	20.580.242,00

16ii. grau de subordinação entre as dívidas

Consolidado	2022	2021	2020
1º Créditos trabalhistas	76.863.645,11	81.073.857,78	70.634.754,46
2º Créditos com garantia real	94.501.605,68	86.155.527,64	67.107.238,03
3º Créditos tributários	575.749.948,98	581.226.112,88	566.888.427,67
E demais créditos em especiais fornecedores	39.087.260,68	41.748.072,29	34.952.904,72

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições:

Para os financiamentos adquiridos no período, não houve restrições impostas à Companhia com relação a limites de endividamento, contratação de novas dívidas, distribuição de dividendos, alienação de ativos, emissão de novos valores mobiliários e alienação de ativos, sendo o crédito proporcional ao risco contemplado de forma desejável.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados:

Todos os instrumentos de financiamento já contratados pela Companhia foram inteiramente utilizados.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Análise vertical e horizontal:

CONSOLIDADO - Valores expressos em milhares de reais										
ATIVO	2022	Vertical 2022 (%)	Horizontal (%)	2021	Vertical 2021 (%)	Horizontal (%)	2020	Vertical 2020 (%)	Horizontal (%)	2019
CIRCULANTE										
Disponibilidades	514	0,18	(41,50)	879	0,30	(87,47)	7.011	2,87	199,76	2.339
Contas a receber	55.915	20,10	(27,39)	77.010	26,45	16,72	65.979	26,97	57,16	41.983
Estoques	42.222	15,18	37,97	30.603	10,51	77,83	17.209	7,03	(8,77)	18.863
Adiantamentos diversos	3.513	1,26	3,48	3.395	1,17	23,41	2.751	1,12	(45,01)	5.003
Outras contas a receber	43.067	15,48	(22,37)	55.474	19,05	61,58	34.333	14,03	91,00	17.975
Total do ativo circulante	145.231	52,21	(13,22)	167.361	57,48	31,49	127.284	52,03	47,72	86.163
NÃO CIRCULANTE										
LONGO PRAZO										
Partes relacionadas	8.936	3,21	1,48	8.805	3,02	1,48	8.677	3,55	1,66	8.535
Depósitos judiciais	85.517	30,74	2,06	83.789	28,78	0,85	83.084	33,96	1,42	81.924
Créditos tributários	4.402	1,58	2,67	4.288	1,47	2,75	4.173	1,71	2,81	4.059
Aplic.Fin.Garantia	4.831	1,74	(24,87)	6.430	2,21	-	-	-	-	-
Clientes Recup.Judicial	8.183	2,94	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras contas a receber	1.937	0,70	7,61	1.800	0,62	8,77	1.655	0,68	3,63	1.597
Total do longo prazo	113.806	40,91	8,27	105.112	36,10	7,71	97.589	39,89	1,53	96.115
Investimentos	0	0,00	-	0	0,00	-	-	-	-	-
Intangíveis	1.750	0,63	(0,31)	1.755	0,60	0,18	1.752	0,72	0,88	1.737
Imobilizado	17.391	6,25	2,70	16.933	5,82	(6,05)	18.023	7,37	(17,87)	21.945
Total do ativo não circulante	132.947	47,79	7,39	123.801	42,52	5,48	117.364	47,97	(2,03)	119.797
TOTAL DO ATIVO	278.178	100,00	(4,46)	291.161	100,00	19,01	244.647	100,00	18,78	205.960

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

PASSIVO	2022	Vertical 2022 (%)	Horizontal (%)	2021	Vertical 2021 (%)	Horizontal (%)	2020	Vertical 2020 (%)	Horizontal (%)	2019
CIRCULANTE										
Empréstimos e financiamentos	94.502	33,97	9,69	86.156	29,59	28,38	67.107	27,43	32,64	50.592
Fornecedores	13.278	4,77	2,24	12.987	4,46	3,93	12.496	5,11	(40,56)	21.024
Salários e encargos a pagar	73.287	26,35	(5,35)	77.430	26,59	18,76	65.197	26,65	19,85	54.400
Impostos, contribuições a recolher	450.232	161,85	2,73	438.288	150,53	7,13	409.132	167,23	7,06	382.149
Impostos parcelados	41.179	14,80	1,95	40.392	13,87	5,95	38.123	15,58	18,64	32.133
Prov. para férias e encargos sociais	3.577	1,29	(1,83)	3.644	1,25	(33,00)	5.438	2,22	(1,20)	5.504
Prov. p/ perda com investimentos	1.170	0,42	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras contas a pagar	8.204	2,95	2,26	8.022	2,76	40,41	5.713	2,34	29,17	4.423
Total do passivo circulante	685.429	246,40	2,78	666.919	229,06	10,56	603.206	246,56	9,63	550.225
NÃO CIRCULANTE										
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO										
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impostos parcelados	94.869	34,10	(18,95)	117.057	40,20	(8,90)	128.488	52,52	1,90	126.097
Provisão para contingências	1.592	0,57	2,85	1.548	0,53	(63,09)	4.193	1,71	0,7961	4.160
Outras provisões	1.508	0,54	7,21	1.407	0,48	-	-	-	-	-
Outras contas a pagar	2.806	1,01	(14,27)	3.273	1,12	(11,43)	3.695	1,51	(22)	4.714
Total do passivo não circulante	100.775	36,23	(18,26)	123.284	42,34	(9,60)	136.377	55,74	1,0416	134.971
	0			0			0			
Participação minoritária	(502)	(0,18)	1,21	(496)	(0,17)	(29,36)	(702)	(0,29)	0,30	(700)
PASSIVO A DESCOBERTO REPRESENTADO POR:										
Capital	30.602	11,00	-	30.602	10,51	-	30.602	12,51	0	30.602
Reavaliação de ativos próprios	5.447	1,96	(14,28)	6.355	2,18	(12,50)	7.262	2,97	-	8.170
Reservas de Incentivos Fiscais	27.719			21.687						
Prejuízos acumulados	(571.292)	(205,37)	2,53	(557.190)	(191,37)	4,72	(532.098)	(217,50)	2,86	(517.308)
Patrimônio Líquido	(507.524)	(182,45)	1,80	(498.546)	(171,23)	0,87	(494.234)	(202,02)	3,28	(478.536)
TOTAL DO PASSIVO	278.178	100,00	(4,46)	291.161	100,00	19,01	244.647	100,00	18,78	205.960

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	2022	Vertical 2022 (%)	Horizontal (%)	2021	Vertical 2021 (%)	Horizontal (%)	2020	Vertical 2020 (%)	Horizontal (%)	2019
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	203.510	100,00	0,15	203.201	100,00	21,78	166.865	100,00	15,97	143.886
Devoluções e cancelamentos	(9.736)	(4,78)	94,54	(5.005)	(2,46)	17,77	(4.249)	(2,55)	8,32	(3.923)
Impostos sobre vendas	(17.400)	(8,55)	(9,05)	(19.132)	(9,42)	(20,47)	(24.055)	(14,42)	(13,50)	(27.808)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	176.374	86,67	(1,50)	179.064	88,12	29,23	138.560	83,04	23,54	112.155
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	(87.054)	(42,78)	(7,11)	(93.713)	(46,12)	37,42	(68.193)	(40,87)	22,12	(55.841)
LUCRO BRUTO	89.320	43,89	4,65	85.351	42,00	21,29	70.367	42,17	24,95	56.314
DESPESAS OPERACIONAIS										
Despesas com vendas	(31.851)	(15,65)	25,94	(25.290)	(12,45)	(12,31)	(28.840)	(17,28)	31,47	(21.937)
Despesas administrativas	(48.318)	(23,74)	28,53	(37.592)	(18,50)	18,34	(31.767)	(19,04)	(20,54)	(39.979)
Honorários dos administradores	(960)	(0,47)	6,27	(903)	(0,44)	37,48	(657)	(0,39)	(42,05)	(1.134)
Outras rec./despesas oper. líquidas	14.905	7,32	(14,61)	17.454	8,59	8,74	16.052	9,62	12.153,20	131
RESULTADO ANTES DO RES. FINANCEIRO	23.096	11,35	(40,81)	39.020	19,20	55	25.154	15,07	(480,83)	(6.605)
Receitas financeiras	7.658	3,76	451,44	1.389	0,68	(38,68)	2.265	1,36	(1,07)	2.289
Despesas financeiras	(77.264)	(37,97)	93,20	(39.992)	(19,68)	(7,25)	(43.117)	(25,84)	17,94	(36.558)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DAS PARTICIPAÇÕES	(46.510)	(22,85)	(11.276,15)	416	0,20	(102,65)	(15.698)	(9,41)	(61,59)	(40.874)
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO ANTES DA CSLL E IR	(46.510)	(22,85)	(11.276,15)	416	0,20	(102,65)	(15.698)	(9,41)	(61,59)	(40.874)
Provisão para Contribuição Social	-	-	-	(1.258)	(0,62)	-	-	-	-	-
Provisão p/Crédito Imposto Renda	-	-	-	(3.471)	(1,71)	-	-	-	-	-
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(46.510)	(22,85)	978,43	(4.313)	(2,12)	(72,53)	(15.698)	(9,41)	(61,59)	(40.874)

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A Companhia teve um grande aumento no seu custo financeiro em função do aumento significativo das taxas de juros e pelo fato das vendas no último trimestre terem ficado abaixo do esperado, aumentando assim o estoque de produtos acabados.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita:

RESULTADO OPERACIONAL FINANCEIRO	2022	2021	2020
Volume expedido em peças ano	4.415.345	4.894.335	4.349.805
Receita líquida (em R\$)	139.926.340,4	150.025.817	118.751.068
Receita líquida (em R\$ / peça)	31,69	30,65	27,30
Custo (em R\$)	- 58.582.510	-70.525.852	-44.927.032
Custo unitário (em R\$ / peça)	- 13,27	- 14,41	- 10,33
Margem bruta (em R\$ / peça)	18,42	16,24	16,97
Margem bruta (%)	58,13%	52,99%	62,17%
VARIAÇÕES	2022 x 2021	2021 x 2020	2020 x 2019
Receita líquida (em R\$ / peça)	2%	12%	47%
Custo unitário (em R\$ / peça)	-11%	39%	31%
Margem bruta (%)	11%	-15%	8%

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:

Nova política comercial adotada pela Cia.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

Estabelecimentos de nova meta de vendas, afetando diretamente os volumes e focando em produtos mais rentáveis e mais competitivos.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado:

Os insumos tiveram uma alta expressiva em decorrência da inflação e da pandemia, o que elevou o custo do produto e derrubou a margem bruta.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Em 2022, 2021 e 2020 não houve alteração nas práticas contábeis da empresa.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Em 2022, 2021 e 2020 não houve alteração nas práticas e, portanto, não há efeitos.

c. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

2022

INCERTEZA SIGNIFICATIVA RELACIONADA A CONTINUIDADE OPERACIONAL

A Companhia vem incorrendo em prejuízo ano após ano, em 2022 o prejuízo foi de R\$ 46.510 mil (R\$ 4.313 mil em 2021). Ainda que, em seu consolidado, a Companhia venha apresentando resultados operacionais positivos, permanece em 31 de dezembro de 2022, patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) no montante de R\$ 507.524 mil (R\$ 498.547 mil em 2021). Além disso, conforme Nota Explicativa nº 8, no início de 2023, um dos principais clientes entrou em recuperação judicial, e o valor de R\$ 8.183, que é o valor a receber desse cliente, foi transferido para o Realizável a Longo Prazo, pois as condições e prazos de liquidação desse crédito ainda não foram definidas. Por essas razões, mantemos essa incerteza. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a Administração da Companhia, em conjunto com seus acionistas controladores, continua com seu plano de melhorar a eficiência e competitividade, mediante uma gestão que privilegia a melhor opção entre importar e produzir internamente, assim como de uma administração mais rigorosa do capital de giro, sempre com o objetivo de recuperação para a geração de lucros consistentes e, assim, suprir a insuficiência de capital de giro próprio e diminuir progressivamente seu passivo a descoberto.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas na premissa da continuidade normal dos negócios da Companhia, portanto, não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Controladora e suas Controladas continuarem suas operações. Esse assunto não modifica nossa opinião.

PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA

Os principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram abordados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo, ao formar nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1. TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA

Conforme informado na nota explicativa nº 9, a Companhia possui Títulos de Dívida Agrária - TDA, bloqueados judicialmente em virtude de processo tributário relativo à dívida de IPI geradas entre os exercícios de 1992 e 1994. Tendo em vista a existência de outros débitos tributários federais, a Companhia pleiteia que os referidos títulos sejam utilizados para liquidação das dívidas. No entanto, depende da negociação junto à Receita Federal do Brasil.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Esse é o ativo mais relevante da Companhia e está envolvido em incerteza sobre os desdobramentos das negociações junto a Receita Federal do Brasil. Nossos exames consistiram principalmente na conferência dos cálculos de atualização desses títulos, na utilização correta do valor de face de mercado por título adquirido e comprovação da existência e titularidade desses créditos, mediante carta de confirmação externa emitida pela Caixa Econômica Federal, que é a Instituição Financeira responsável pela custódia desses títulos. Também analisamos a opinião dos assessores jurídicos quanto a efetiva possibilidade de utilização desses títulos para os fins esperados.

Desse modo consideramos adequados os critérios de contabilização e divulgação desse ativo.

2. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Nota Explicativa nº 17 informa que a Companhia é parte em diversas demandas judiciais para as quais a avaliação de risco é realizada com o auxílio de assessoria jurídica interna com base na legislação vigente e jurisprudências relacionadas aos respectivos riscos. As provisões desses processos estão baseadas na melhor estimativa que a Administração possui na data base das Demonstrações Financeiras. Como essas estimativas são calcadas em tratamento probabilístico nesta data base, a liquidação das ações pode resultarem valores divergentes dos mensurados no processo de julgamento dessas estimativas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

Nossos procedimentos de auditoria nesse caso incluíram: i) avaliação e discussão sobre as políticas da Administração para provisão de contingências, bem como dos controles adotados para registro, identificação, avaliação e divulgação dos riscos envolvidos; ii) obtenção de cartas de confirmação dos assessores jurídicos com o detalhamento dos processos e a avaliação dos riscos envolvidos e probabilidades de perdas; iii) Avaliação sobre a adequação das divulgações nas Demonstrações Financeiras.

Com base no resultado de nossos procedimentos, consideramos aceitáveis as estimativas e as divulgações preparadas pela Administração.

3. CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Conforme Nota Explicativa nº 4 o valor de Ajuste Para Perdas com Devedores Duvidosos é de R\$ 5.933. Como mencionado na Nota Explicativa, nesse exercício houve uma ocorrência adicional a ser analisada que é o pedido de recuperação judicial das Lojas Americanas. As Lojas Americanas é um dos maiores clientes da Companhia, e como é uma ocorrência relativamente recente, seus desdobramentos são imprevisíveis, e, portanto, eventual reclassificação e a respectiva divulgação dependem da expectativa dos prováveis desdobramentos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria nesse caso incluíram: i) avaliação e discussão sobre os critérios de reconhecimentos do ajuste para devedores duvidosos; ii) levantamento dos principais valores em aberto há longa data, com a respectiva abordagem ao Departamento Financeiro para entender o andamento das negociações; iii) Acompanhamento dos desdobramentos da recuperação judicial das Lojas Americanas, que como ainda é uma ocorrência relativamente recente, utilizando informações disponíveis na internet e jornais, bem como indagações aos Responsáveis pela Governança. iv) Avaliação sobre a adequação das divulgações nas Demonstrações Financeiras.

Consideramos adequados os critérios de contabilização e divulgação do ajuste para perdas com devedores duvidosos, bem como a reclassificação dos valores a receber das Lojas Americanas para o Realizável a Longo Prazo.

ÊNFASE

1. PARCELAMENTOS

Conforme Nota Explicativa nº 15, a Companhia possui altos montantes classificados no Grupo Contábil denominado Impostos Parcelados, sendo que parte desses parcelamentos estão rompidos. Chamamos atenção para o fato de não ter sido

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

realizada a reclassificação desses valores para seus grupos contábeis originários, denominados Salários e Encargos a Pagar e Impostos a Recolher. Como se trata de reclassificações entre contas e grupos do passivo, e eventuais impactos no resultado não serão relevantes, nossa opinião não se modifica em relação a esse assunto.

2021

INCERTEZA SIGNIFICATIVA RELACIONADA A CONTINUIDADE OPERACIONAL

A Companhia vem incorrendo em prejuízo ano após ano, em 2021 o prejuízo foi de R\$ 4.313 mil (R\$ 15.698 mil em 2020). Ainda que a Companhia venha apresentando resultados operacionais positivos, permanece em 31 de dezembro de 2021, patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) no montante de R\$ 498.597 mil (R\$ 494.233 mil em 2020), razão pela qual mantemos essa incerteza. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a Administração da Companhia, em conjunto com seus acionistas controladores, continua com seu plano de melhorar a eficiência e competitividade, mediante uma gestão que privilegia a melhor opção entre importar e produzir internamente, assim como de uma administração mais rigorosa do capital de giro, sempre com o objetivo de recuperação para a geração de lucros consistentes e, assim, suprir a insuficiência de capital de giro próprio e diminuir progressivamente seu passivo a descoberto.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas na premissa da continuidade normal dos negócios da Companhia, portanto, não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Controladora e suas Controladas continuarem suas operações. Esse assunto não modifica nossa opinião.

TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA

Conforme informado na nota explicativa nº 8, a Companhia possui Títulos de Dívida Agrária - TDA, bloqueados judicialmente em virtude de processo tributário relativo à dívida de IPI geradas entre os exercícios de 1992 e 1994. Tendo em vista a existência de outros débitos tributários federais e solicitação de inclusão no programa de parcelamento denominado REFIS 2014, a Companhia requereu em juízo que os referidos títulos fossem utilizados para liquidação

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

das dívidas. No entanto, dependem do deferimento do pedido de parcelamento e homologação dos prejuízos fiscais apresentados à Receita Federal do Brasil.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Esse é o ativo mais relevante da Companhia e está envolvido em incerteza sobre o processo de parcelamento de obrigações tributárias. Nossos exames consistiram principalmente na conferência dos cálculos de atualização desses títulos, na utilização correta do valor de face de mercado por título adquirido e comprovação da existência e titularidade desses créditos, mediante carta de confirmação externa emitida pela Caixa Econômica Federal, que é a Instituição Financeira responsável pela custódia desses títulos. Também analisamos a opinião dos assessores jurídicos quanto a efetiva possibilidade de utilização desses títulos para os fins esperados.

Desse modo consideramos adequados os critérios de contabilização e divulgação desse ativo.

PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Nota Explicativa nº 16 informa que a Companhia é parte em diversas demandas judiciais para as quais a avaliação de risco é realizada com o auxílio de assessoria jurídica interna com base na legislação vigente e jurisprudências relacionadas aos respectivos riscos. As provisões desses processos estão baseadas na melhor estimativa que a Administração possui na data base das Demonstrações Financeiras. Como essas estimativas são calcadas em tratamento probabilístico nesta data base, a liquidação das ações pode resultar em valores divergentes dos mensurados no processo de julgamento dessas estimativas.

ÊNFASE

1. REFIS 2014

Chamamos atenção para o fato de que a Companhia aguarda homologação da Receita Federal do Brasil para a efetiva mensuração e reconhecimento contábil dos efeitos decorrentes do possível deferimento de inclusão nos programas especiais de parcelamento, previsto na Lei nº 12.996/2014, denominado REFIS 2014 (Nota Explicativa Nº 14). Dessa forma, as demonstrações contábeis não incluem ajuste que porventura venham a ser requeridos por ocasião da consolidação definitiva do referido débito fiscal. Não modificamos nossa opinião em virtude desse assunto.

2. PERT – Débitos Previdenciários

A Nota Explicativa nº 14 informa que a Companhia reconheceu nas Demonstrações Contábeis do exercício de 2018, os efeitos relativos ao reconhecimento do Programa Especial de Regularização Tributária – PERT sobre os débitos de tributos federais, nos montantes de R\$ 14.118 mil no Resultado do Exercício e de R\$ 27.264 mil na rubrica de prejuízos acumulados, mas que não reconheceu os eventuais efeitos no passivo, resultado e patrimônio líquido do Programa Especial de Regularização Tributária – PERT sobre os débitos previdenciários, de maneira conservadora,

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

pois tais débitos não foram definitivamente identificados como "liquidados" pela RFB, e seus valores, ainda que estimados pela Companhia, conforme descrito na Nota, não são definitivos. Entre 2019 e 2021 esse quadro se manteve inalterado, mas a Companhia espera que esses reflexos aconteçam no exercício de 2022. Esse assunto não modifica nossa opinião.

2020

INCERTEZA SIGNIFICATIVA RELACIONADA A CONTINUIDADE OPERACIONAL

A companhia vem conseguindo levantar linhas de financiamento de capital de giro para garantir as operações, sendo que estas linhas têm sido suficientes para que a companhia mantenha sua posição de mercado e gradativamente venha a criar condições de conseguir linhas de crédito de mais longo prazo.

REFIS 2014

O pagamento e liquidação do débito confessado pela Companhia no REFIS 2014, continua dependendo de homologação dos créditos de prejuízos fiscais e das bases negativas de CSLL para pagar juros e multas, sendo que para pagar o valor do principal existe um depósito em dinheiro na CEF, suficiente para essa liquidação. Porém ainda existe recurso judicial pendente de apreciação relativamente aos critérios de pagamento e até o momento não há decisão definitiva transitada em julgado. Esse contexto justifica o não reconhecimento, por ora, dos efeitos contábeis da adesão ao REFIS 2014, tendo a Diretoria adotado correta postura conservadora, na proteção dos interesses dos acionistas e da Companhia.

PERT – Débitos Previdenciários

A Diretoria não reconheceu quaisquer efeitos no Passivo, Resultado e Patrimônio Líquido relativamente a adesão do PERT –Débitos Previdenciários, tendo em vista que esses débitos estão sendo objeto ainda de apreciação e homologação pelas competentes autoridades fiscais federais, sem decisão definitiva até o momento. Assim seria precipitada qualquer antecipação dos efeitos pois dependendo da decisão futura da União poderia haver mudança desses efeitos. Também nesse caso a Diretoria adotou postura conservadora no interesse dos acionistas e da Companhia como um todo.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

- a. introdução ou alienação de segmento operacional
- b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária
- c. eventos ou operações não usuais

A Diretoria esclarece que não houve durante o exercício nenhum dos eventos mencionados nesse item que pudessem produzir efeitos relevantes no exercício.

2.5 Medições não contábeis

Não houve outras medições não contábeis.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

Não há eventos subsequentes após o encerramento das demonstrações financeiras.

2.7 Destinação de resultados

2.7 – Destinação dos Resultados

Não houve destinação de resultados no período.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos
- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos
- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
- iv. contratos de construção não terminada
- v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem quaisquer outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor
- b. natureza e o propósito da operação
- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Como já indicado, não existem quaisquer outros itens relevantes.

2.10 Planos de negócios

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

ii. fontes de financiamento dos investimentos

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há plano de negócios.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor:

Não se aplica.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não há planos para novos produtos a serem indicados.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Não há outros fatores com influência relevante.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

a. riscos para os quais se busca proteção

A companhia tem procurado se proteger através de ações em duas áreas:

1) Taxa de câmbio: como já explanado anteriormente, a taxa de câmbio pode dar um ganho de competitividade aos produtos importados, em comparação com os de produção nacional. Neste sentido, a Companhia vem desenvolvendo fornecedores na China com o objetivo de manter uma flexibilidade entre produzir e importar, dependendo da taxa de juros anual e do cenário do câmbio, além dos custos estruturais e de oferta de bons produtos. No setor de brinquedos, as empresas costumam renovar 30% de sua coleção a cada ano. Isto dá a oportunidade de anualmente, dependendo da taxa cambial, da companhia decidir por importar mais ou menos e com isto preservar sua competitividade e sua rentabilidade. Outro ponto importante é que no setor de brinquedos as importações da China são pagas 30% na colocação do pedido e 70% no embarque, ou seja, quando o produto chega no Brasil já temos o seu custo final, independente de possíveis variações cambiais. Dentro da estratégia de importação da Estrela, não importamos um mesmo item no mesmo ano, a importação é feita em uma só vez, o que também mitiga o risco de variação cambial. Diante destes fatores a companhia não trabalha com hedge cambial pois além de tudo é uma modalidade muito cara no Brasil.

2) Taxa de juros: neste caso, a companhia tem procurado administrar melhor seu fluxo de caixa, ampliando prazos de pagamentos de seus principais fornecedores, assim como administrar uma política mais rigorosa de estoques de produtos acabados. Também temos procurado estruturar operações de financiamento de longo prazo, para ficar menos vulnerável às oscilações de crédito de curto prazo no mercado.

b. estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A companhia não emprega operações de hedge para proteção cambial oferecidas pelo mercado financeiro e prefere adotar o modelo descrito no item 1) e 2) onde a proteção ou hedge é natural e buscada pela competitividade de preços de produtos importados pela companhia versus os importados pela concorrência. Na verdade, a adoção de proteção do tipo hedge oferecidas pelo mercado financeiro poderiam trazer um rompimento de competitividade na medida em que a moeda pré-fixada na operação de hedge financeiro poderia ficar em desequilíbrio com as cotações dos produtos importados pelo mercado, o qual também não opera com hedge. Há também que se considerar que por tratar-se de um negócio altamente sazonal, o mencionado desequilíbrio tem um nível de exposição longo, com frequência meses, o que inclusive torna as operações de hedge financeiro bastante onerosas. E a companhia avalia pelo seu histórico que essa estratégia tem sido acertada.

c. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Como já explanado em a e b, a proteção buscada é na competitividade do suprimento de produtos desde a idealização das coleções.

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

d. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

No caso da taxa cambial e taxa de juros, um acompanhamento pela diretoria financeira, sempre em contato com nossos financiadores, para tentar antecipar possíveis oscilações de mercado. E a avaliação da competitividade dos preços de venda nas negociações com os clientes e no ponto de venda. E o crescimento nas

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

vendas da companhia respaldam o acerto no gerenciamento dos riscos de câmbio e juros.

Na verdade, para uma atividade fortemente sazonal como a da companhia, o grande risco a ser gerenciado é mercadológico em relação à aceitação das coleções ofertadas.

e. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

Como já exposto, a companhia não opera com instrumentos de hedge financeiro, quer seja para proteção, quer visando objetivos de ganhos extras.

f. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

Verdadeiramente a função de gerenciamento de riscos está implícita nas áreas mercadológicas da companhia e na área de suprimento com a liderança direta de seu presidente.

g. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A performance das coleções, em especial dos produtos importados na questão em pauta, é a principal ferramenta de controle de risco.

5.2 Descrição dos controles internos

a) Principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las:

Nossos controles internos consistem em métodos e procedimentos adotados a fim de salvaguardar nossos ativos, verificar a adequação e o suporte dos dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a aderência às políticas definidas pela direção, com o objetivo de evitar fraudes, erros e ineficiências. A companhia possui um software integrado de gestão, através do qual é controlado e registrado todos os procedimentos operacionais. A Contabilidade e a Controladoria emitem mensalmente relatórios, analisados pela Administração e Diretoria. Ao fim de cada trimestre, e também anualmente, são emitidos demonstrativos financeiros que são submetidos à Auditoria Independente.

b) As estruturas organizacionais envolvidas:

Contabilidade, Controladoria e Administração/Diretoria

c) Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento:

A administração da companhia discute e avalia mensalmente as informações apresentadas em todos os relatórios gerados pelos setores envolvidos e verifica possibilidades de melhoria em seus controles. Os cargos envolvidos são: administrador, contador, controller.

d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente:

CARTA DE CONTROLE INTERNO – PGBR AUDITORIA

1. Contas a Receber / PDD (EDB)

No último trimestre de 2022, o saldo da conta contábil denominada Ajuste Para Perdas com Devedores Duvidosos teve uma redução no valor de R\$ 5.780.437,21. Para essa redução a Companhia deixou de considerar como difícil liquidação, valores a receber de clientes que estão em recuperação judicial sem que tenha havido nenhuma alteração nas negociações com esses clientes. Tal fato denota uma tentativa indevida de melhorar o resultado operacional, bem como o saldo do Contas a Receber. Após a Auditoria identificar esse procedimento indevido, o montante de R\$ 3.806.517,09, a receber do cliente Lojas Leader, foi novamente considerado no ajuste para perdas, porém ainda ficou fora do ajuste o montante de R\$ 1.973.920,12.

5.2 Descrição dos controles internos

Recomendação

- Que seja estabelecido um critério para apurar o ajuste com devedores duvidosos, visando evitar ocorrências como a mencionada acima, bem como para aprimorar o Sistema Contábil e de Controle Interno da Empresa.

2. Contas a Receber / E-Commerce (EDB)

Nos últimos anos as vendas no ambiente digital têm aumentado muito, esse aumento se intensificou com o fenômeno do COVID-19. Dessa forma, a Companhia também tem investido nessa modalidade de venda, sendo designada uma empresa terceirizada para fazer essa operação. No entanto, relativamente ao contas a receber das vendas via e-commerce, observamos uma divergência importante entre o saldo contábil e o saldo do Departamento Financeiro, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Contábil - R\$	Financeiro - R\$	Diferença - R\$
Contas a Receber – E-commerce	3.663.512,28	1.671.351,00	1.992.161,28

Essa diferença denota uma falha no Sistema Contábil e de Controle Interno, dessa forma, eventuais erros ou fraudes não serão detectadas de imediato, podendo gerar perdas financeiras à Empresa.

Recomendação

- Que a Contabilidade, juntamente com o Departamento Financeiro, verifique os motivos dessa diferença, visando aprimorar o Sistema Contábil e de Controle Interno, e evitar perdas financeiras ocasionadas por eventuais erros ou fraudes.

3. Estoque em Poder de Terceiros - EDB

O saldo de estoque em poder de terceiros da EDB, em 31.12.2022, era de R\$ 1.763.975,89. Esse saldo corresponde a 68% do estoque total dessa empresa, e a 4% do estoque total consolidado do grupo. Para validar o saldo desse estoque, realizamos os procedimentos de confirmação externa, porém, mesmo após insistirmos na cobrança dessa resposta, não a recebemos. Dessa forma, não pudemos atender plenamente as determinações contidas na NBC TA 505 do Conselho Federal de Contabilidade, que trata do uso de procedimentos de confirmação externa para obtenção de evidência de auditoria relevante e confiável.

Como esse estoque representa apenas 4% do estoque total, não modificamos nossa opinião em relação a esse assunto.

Recomendação

5.2 Descrição dos controles internos

- ✚ Para os próximos exercícios, intervir junto aos responsáveis pelo armazenamento do estoque em poder de terceiros, para responderem a confirmação externa, para que os procedimentos de auditoria possam ser integralmente aplicados.

4. Ajustes de Inventário

Foi contabilizado em dezembro/22, na conta denominada Materiais Auxiliares de Produção, um valor de R\$ 963.091,65 na BEM, e um valor de R\$ 2.074.276,19 na BLIC, referente a ajustes de inventário, impactando diretamente o resultado do exercício.

Entendemos que esses ajustes são relevantes, representando 10,49% e 9,97% do saldo final de estoques, da BEM e BLIC, respectivamente.

Recomendação

- ✚ Deve ser feito um acompanhamento mensal dos estoques, mediante inventários rotativos, com identificação imediata e análise dos motivos que ocasionaram os ajustes, para reduzir esse impacto ao final do ano.

5. Operações Entre Coligadas

É comum haver operação de venda e compra de mercadoria entre empresas do mesmo grupo, principalmente quando uma complementa a operação da outra, como é o caso da Estrela, que mantém empresas especificamente para produzir e outra especificamente para vender. O ideal é que o saldo a receber e a pagar entre essas empresas seja idêntico, porém, identificamos uma diferença entre esses saldos, no montante de R\$ 924.518,31. Tal fato denota uma falha importante no Sistema Contábil e de Controle Interno, e que pode estar gerando uma distorção no resultado ou em alguma conta patrimonial.

Recomendação

- ✚ Que a Contabilidade, em conjunto com o Departamento Financeiro, investigue o motivo dessa diferença, visando obter elementos para sua regularização, bem como para aprimorar o Sistema Contábil e de Controle Interno da Empresa.

6. Fornecedores Nacionais

Com base na composição da conta Fornecedores Nacionais, de 31.12.2022,

5.2 Descrição dos controles internos

observamos a existência de diversos valores pendentes de regularização há longa data, demonstrando uma falha no processo de conciliação, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Período	MBE - R\$	EDB -R\$	BLIC - R\$
2015 até 2019	209.955,17	74.140,94	0,00
2020	56.883,48	78.373,81	4.625,63
2021	27.328,11	72.009,88	305.831,31
Total Há Longa Data	294.166,76	224.524,63	310.456,94

Recomendação

- Analisar se esses valores são realmente devidos. Constatando que são devidos, analisar os motivos pelos quais ainda estão pendentes de pagamento. Constatando que esses valores não são devidos, deve ser realizada sua baixa para o resultado.

7. Empréstimos a Pagar – EDB

Observamos que a Contabilidade não reconheceu o valor de juros sobre um empréstimo em atraso com o Banco Daycoval S/A, contrariando o que determina o regime de competência. Com base na resposta de circularização da referida Instituição Financeira, identificamos a seguinte diferença:

Saldo Contábil – R\$	Resposta de Circularização – R\$	Juros Não Reconhecidos – R\$
9.754.488,18	11.843.126,73	2.088.638,55

Cabe-nos ressaltar que, embora o valor de juros não reconhecido seja alto, está abaixo da materialidade para ajuste apurada em nosso planejamento, por isso, não modificamos nossa opinião.

Recomendação

- Que independentemente de seu pagamento, os juros sobre empréstimos sejam reconhecidos mensalmente, visando atender ao regime de competência.


8. Parcelamentos a Pagar – MBE

A Companhia possui diversos parcelamentos registrados em seu passivo, sendo o saldo, em 31.12.2022, de R\$ 10.859.383,19 e 90.147.620,78, no passivo circulante e no passivo não circulante, respectivamente. Ocorre que diversos desses parcelamentos estão rompidos, mas a Contabilidade não realizou as reclassificações desses valores para as contas originárias, que pertencem aos grupos contábeis Salários e Encargos a Pagar e Impostos a recolher.

Tal fato demonstra uma falha no Sistema Contábil e de Controle Interno, podendo induzir ao erro os Administradores que tomam decisões estratégicas utilizando o balancete como fonte de informação, bem como outros usuários da contabilidade.

5.2 Descrição dos controles internos

Recomendação

-  Que seja realizado um levantamento dos parcelamentos rompidos de todas as empresas do grupo, e que esses valores sejam reclassificados para suas contas originárias, visando fortalecer o Sistema Contábil e de Controle Interno, bem como para que os relatórios contábeis apresentem a real situação fiscal e tributária da Empresa.

9. Equivalência Patrimonial do Ajuste Acumulado de Conversão

Por meio de análise da memória de cálculo da equivalência patrimonial da M.B.E, observamos que não estão sendo reconhecidos de forma reflexa os efeitos da variação cambial relativo a conversão das demonstrações contábeis da Estrella do Paraguai, fato que contraria o Item 61 da Interpretação Técnica ICPC 09 (R2) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas, e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, abaixo reproduzida parcialmente;

“61 - Dessa forma, não devem transitar pelo resultado da investidora como resultado da equivalência patrimonial as mutações do patrimônio líquido da investida que não transitam ou só transitarão futuramente pelo resultado da investida, tais como: ajustes por variação cambial de investimentos no exterior e ganhos ou perdas de conversão (Pronunciamento Técnico CPC 02 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis);”

Recomendação

-  Que as equivalências patrimoniais sejam realizadas conforme determina as Normas Contábeis.

10. Lucros / Prejuízos Não Realizados

A Empresa adota como procedimento realizar vendas de mercadorias entre empresas do grupo. Ocorre que não é realizado o levantamento de lucros não realizados. Considerando que a Distribuidora encerrou o exercício de 2022 com um saldo de estoque de R\$ 2.537.447,12, e, que boa parte desses estoques foram adquiridos da Manufatura e da BLIC, conforme os Itens 55 e 56A do ICPC 09 (R2) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial, reproduzidos abaixo, os lucros/prejuízos não realizados devem ser totalmente eliminados.

“55 - Nas operações com controladas, os lucros não realizados devem ser totalmente eliminados nas operações de venda da controladora para a controlada, os quais devem ser reconhecidos no resultado da controladora somente quando os ativos transacionados forem


5.2 Descrição dos controles internos

realizados (pelo uso, venda ou perda) na investida. São considerados não realizados os lucros contidos no ativo de qualquer entidade pertencente ao mesmo grupo econômico, não necessariamente na controlada para a qual a controladora tenha feito a operação original.”

“56A – Nas demonstrações individuais da controladora (quando de operações de venda de ativos da controlada para a controladora ou entre controladas, o cálculo da equivalência patrimonial deve ser feito deduzindo-se, do patrimônio líquido da controlada, cem por cento do lucro contido no ativo ainda em poder do grupo econômico. Com isso, a controladora deve registrar como resultado valor nulo, não tendo, por isso, afetação no seu resultado e no seu patrimônio líquido como decorrência do resultado reconhecido pela controlada”.

O Departamento de Controladoria está adotando medidas para que a Distribuidora compre mercadorias apenas quando já tiver o pedido de venda, visando evitar dispêndios antecipados com impostos. Com esse procedimento, o saldo de estoque da Distribuidora ficará reduzido e os lucros não realizados serão irrelevantes. O saldo de estoque da Distribuidora reduziu 50% em relação ao exercício anterior.

Recomendação


-  **Adotar como procedimento realizar controles dos lucros/prejuízos não realizados, principalmente na Distribuidora, visando eliminar esses valores no cálculo da equivalência patrimonial e na consolidação, caso eles sejam relevantes.**

11. Transferências de Despesas - Geral

Como já mencionado em Carta de Controle interno anterior, é procedimento da Administração efetuar transferências de despesas entre as Empresas do Grupo, utilizando como contrapartida a conta de Mútuos (até 31.12.2019) / Conta Corrente (a partir de 01.01.2020). No entanto, não existe um percentual fixo estabelecido para esse rateio, assim, ora o valor transferido aumenta, ora diminui.

Vale ressaltar que para fins de Demonstrações Financeiras Consolidadas não há nenhum efeito ou distorção.

Recomendação

-  **Que o procedimento de transferência de despesas seja realizado com base em rateio utilizando percentuais fixos, apurados em estudos técnicos e aprovados pela Diretoria.**

5.2 Descrição dos controles internos

e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas:

1. Contas a Receber / PDD (EDB)

Resposta: Foram adotadas novas práticas internas para identificação e classificação dos clientes em PDD(EPCLD).

2. Contas a Receber / E-Commerce (EDB)

Resposta: A empresa que administra do e-commerce faz a emissão das NFS e ND, que são das despesas e comissão relativas à operação, normalmente de 3 a 4 meses depois do fechamento mensal de cada período e outro ponto é que a empresa repassa o valor líquido já deduzido as despesas e a comissão. Estamos tentando reduzir este tempo de emissão de NFS e ND com a prestadora de serviço e já foi formulado uma forma de contabilização para que esses documentos entrem na composição das vendas mensais.

3. Estoque em Poder de Terceiros - EDB

Resposta: A recomendação foi realizada junto a nosso parceiro Logístico para o negócio de E-Commerce, onde ficarão a cargo de realizar um processo de Inventário no final dos próximos Exercícios.

4. Ajustes de Inventário

Resposta: Desde Jan/2023, as Fábricas vêm adotando o procedimento de conciliação entre o consumo de Materiais em Sistema, baseados em Ficha Técnica, com o consumo físico para todas as Ordens de Produção encerradas. Na prática, as variações de consumo (inerentes ao processo produtivo) são corrigidas no fechamento das Ordens, mitigando futuras variações de estoques.

5. Operações Entre Coligadas

Resposta: A Estrela concorda que as movimentações a pagar e a receber entre as empresas coligadas devem se encontrar e sua posição deve se compensar, ou seja, o saldo remanescente deve se anular. o intenso movimento entre empresas acaba trazendo uma complexidade ao casamento rigoroso das

5.2 Descrição dos controles internos

operações e em assim sendo as áreas contábil e financeira estão estudando uma forma de reconhecer exatamente a variação citada, bem como instituir um processo que assegure que doravante os valores estarão plenamente reconciliados de forma automática.

6. Fornecedores Nacionais

Resposta: Realizamos na competência de 2023, a composição geral das pendências para com os fornecedores e realizamos as devidas baixas, muitos dos casos são de títulos de conhecimentos de transporte, que foram integrados ao financeiro, porém não houve emissão de fatura por parte das transportadoras e outros casos são de títulos antigos de parcelamento de impostos que deixaram de ser devidos.

7. Empréstimos a Pagar – EDB

Resposta: A divergência se refere aos juros que o banco provisiona diariamente de acordo com a taxa fechada no ato da operação ou de acordo com o CDI, e nós contabilizamos na data do efetivo débito. Nossos controles internos refletem fielmente todas as operações realizadas, pois são documentadas, lançadas e conciliadas em nosso sistema, de maneira eficaz e eficiente, de forma adequada atendendo todos os requisitos das Normas Contábeis Brasileiras.

8. Parcelamentos a Pagar – MBE

Resposta: Para a realização da reclassificação dos impostos parcelados, é de difícil acesso à informação na Receita Federal para a abertura do parcelamento rompido, em 2022 foram contabilizados novos parcelamentos e esses impostos foram regularizados quase em sua totalidade. Em 2024 finalizaremos essas reclassificações devido ao novo parcelamento (Transação Fiscal) com a negociação em andamento. Estamos buscando essas informações junto a Receita Federal para que possamos finalizar essa pendência.

9. Equivalência Patrimonial do Ajuste Acumulado de Conversão

Resposta: Esse ponto foi corrigido a partir de 2023, implantando uma nova forma de apuração da equivalência patrimonial atendendo a Interpretação Técnica ICPC09(R2).

10. Lucros / Prejuízos Não Realizados

Resposta: Nesse ano ocorreram transferências de produtos acabados da Fábrica para a Estrela Distribuidora visando o atendimento do faturamento de final de ano (última semana de dezembro). No ano em questão, houveram clientes que solicitaram que o faturamento fosse realizado em janeiro, ficando os produtos no estoque da Estrela Distribuidora aguardando o faturamento.

Recomendamos nossa Área Comercial um alinhamento junto aos pedidos de clientes a fim de mitigar essas situações futuras.

5.2 Descrição dos controles internos

Foi realizada uma reunião entre as áreas envolvidas e implantado um novo processo para mitigar essas ocorrências e caso necessário serão adotadas as regras dos itens 55 e 56a do ICPC 09 (R2).

11. Transferências de Despesas - Geral

Resposta: Estamos adotando a partir de janeiro de 2023, um critério % de Rateio para transferências de Despesas para empresas do Grupo.

5.3 Programa de integridade

A empresa não tem contato direto com órgãos públicos ou acordos firmados com órgãos da administração pública, nacional ou estrangeira.

No entanto a empresa não permite a prática de corrupção e suborno, na forma ativa ou passiva, quer por meio de atos ou omissões, quer por via da criação e/ou manutenção de situações de favorecimento por meio de pagamentos de facilitação ou de outras irregularidades.

5.4 Alterações significativas

Não houve alterações significativas.

5.5 Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes sobre gerenciamento de riscos e controle interno.